

ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

Golpistas prestes a virarem réus

Majoria do STF vota pela abertura de ação penal contra envolvidos nos atentados de 8/1. Julgamento acaba na segunda-feira

» RENATO SOUZA

A maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) votou para aceitar as denúncias oferecidas pela Procuradoria-Geral da República (PGR) contra os 100 primeiros acusados de participação nos atos golpistas de 8 de janeiro. Com o resultado, os suspeitos se tornam réus e passam a responder ação penal.

Esse é o primeiro grupo que teve seus processos analisados pela Corte entre as mais de 1.300 pessoas denunciadas até agora por envolvimento nos atentados contra as sedes dos Três Poderes.

O julgamento virtual começou na terça-feira e se estenderá até a próxima segunda-feira. Os magistrados ainda podem mudar o voto até o fim da sessão.

Os ministros Dias Toffoli, Edson Fachin, Cármen Lúcia, Gilmar Mendes e Luís Roberto Barroso seguiram o voto do relator, Alexandre de Moraes, pela abertura de ação penal. Ainda faltam André Mendonça, Luiz Fux, Nunes Marques e Rosa Weber.

Em seu voto, Moraes afirmou que os atos violentos tiveram como objetivo impedir a expressão de pensamento crítico, contrário aos ideais dos extremistas. “Tanto são inconstitucionais as condutas e manifestações que tenham a nítida finalidade de controlar ou mesmo aniquilar a força do pensamento crítico, indispensável ao regime democrático, quanto aquelas que pretendam destruí-lo, juntamente com suas instituições republicanas, pregando a violência, o arbítrio,

AFP



Nesse primeiro grupo julgado estão, principalmente, invasores da Câmara, identificados como responsáveis pela depredação do prédio

o desrespeito à separação de Poderes e aos direitos fundamentais”, sustentou. “Em suma, pleiteando a tirania, o arbítrio, a violência e a quebra dos princípios republicanos, como se verifica pelas manifestações criminosas ora imputadas ao denunciado.”

As primeiras denúncias sobre os ataques foram apresentadas pelo subprocurador-geral da

República Carlos Frederico Santos, coordenador do Grupo Estratégico de Combate aos Atos Antidemocráticos.

A manifestação da PGR é pela condenação dos réus por associação criminosa armada; tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito; dano qualificado, com emprego de violência e uso de material inflamável; e deterioração

do patrimônio tombado.

Nesse primeiro grupo analisado estão, principalmente, invasores da Câmara dos Deputados, identificados como responsáveis pela depredação do local.

Até agora, foram denunciadas 1.390 pessoas por envolvimento nos atentados. Do total, 240 foram apontados como executores das depredações, e 1.150, incitadores. A PGR afirmou que a

conduta ocorreu após convocação pelas redes sociais e ocorreu de maneira coordenada.

“Os autores pretendiam impedir, de forma contínua, o exercício dos Poderes constitucionais, o que implicaria a prática reiterada de delitos até que se pudesse consolidar o regime de exceção pretendido pela massa antidemocrática”, diz um trecho da peça enviada ao Supremo.

Coletas de saliva e digitais

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), estendeu a ordem de coleta de saliva, digitais e fotos para todos os presos e indiciados no inquérito sobre os atos golpistas de 8 de janeiro. A decisão atende a um pedido da Polícia Federal, que também requereu acesso ao Banco Nacional Multi Biométrico e de Impressões Digitais para abastecer as apurações.

Em janeiro, Moraes havia dado despacho similar, determinando a “identificação criminal e coleta de material biológico para a obtenção do perfil genético” de todos os presos em flagrante no dia 9 de janeiro, no acampamento montado em frente ao QG do Exército, em Brasília.

A avaliação do ministro é que “naturalmente, a autorização deverá compreender, ainda, os demais presos relacionados aos referidos atos golpistas, para completa elucidação dos fatos e precisa apuração da responsabilidade de cada um dos investigados”.

Com a decisão, também serão coletados materiais de investigados presos ou identificados em outros momentos da apuração. Foram efetuadas prisões no próprio dia 8, de radicais flagrados destruindo parte das sedes do Congresso, do Supremo e do Planalto. Outros foram alvo da Operação Lesa Pátria — que já está em sua 10ª fase —, executada pela Polícia Federal.

Ed Alves/CB/D.A Press



O ex-presidente é suspeito de incitação aos ataques golpistas contra as sedes dos Três Poderes

Oitiva de Bolsonaro será na quarta-feira

A Polícia Federal marcou para quarta-feira o depoimento do ex-presidente Jair Bolsonaro sobre os atentados golpistas registrados em Brasília no dia 8 de janeiro. A oitiva foi agendada por determinação do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), relator do inquérito que investiga a ofensiva antidemocrática. O magistrado considerou que o depoimento do ex-chefe do Executivo é “medida indispensável ao completo esclarecimento dos fatos”.

Bolsonaro deve ser ouvido presencialmente na sede da corporação. Ele é suspeito de incitação aos ataques contra as sedes dos Três Poderes. Para a Procuradoria-Geral da República (PGR), uma postagem feita pelo ex-presidente nas redes sociais, em 11 de janeiro, liga o político à invasão dos prédios públicos na capital federal. Na publicação, o ex-chefe do Executivo colocava em dúvida a segurança do sistema eleitoral, sem apresentar provas.

No dia do post, Bolsonaro estava nos Estados Unidos, país para onde ele viajou no fim de

dezembro, dois meses após perder as eleições para o petista Luiz Inácio Lula da Silva. Havia um pedido para ouvi-lo desde o começo do ano. No entanto, Moraes postergou a análise da solicitação por causa da ausência do político. Com o retorno de Bolsonaro ao Brasil, o magistrado seguiu com o andamento do caso.

Pressão

O subprocurador-geral da República Carlos Frederico Santos pediu para investigar Bolsonaro, após pressão da cúpula do Ministério Público Federal. Cerca de 80 procuradores e subprocuradores solicitaram a apuração de possível incitação à perpetração de crimes contra o Estado de direito, por causa da publicação de 11 de janeiro. A postagem foi apagada horas depois.

O Ministério Público Federal ressaltou que a publicação “parece configurar uma forma grave de incitação, dirigida a todos seus apoiadores, a crimes de dano, de tentativa de homicídio e de tentativa violenta de abolição do Estado de

direito”, considerando o contexto de ataques sistemáticos feitos pelo ex-presidente ao processo eletrônico de votação.

Ao requerer que a representação criminal feita pela cúpula da Procuradoria contra Bolsonaro fosse incluída no inquérito sobre os atos golpistas, Carlos Frederico Santos apontou que é necessária a “apuração global dos atos praticados antes e depois de 8 de janeiro de 2023” pelo ex-presidente.

A investigação mira “expositores de teorias golpistas que promoveram a mobilização da massa violenta”.

Em março, quando ainda estava nos EUA, Bolsonaro acusou “pessoas da esquerda” de planejar a tentativa de golpe.

“As manifestações da direita, ao longo de quatro anos, foram pacíficas, e não temos nada a temer. Jamais o nosso pessoal faria o que foi feito agora no dia 8 (de janeiro)”, sustentou, em entrevista à emissora norte-americana NBC. “Cada vez mais, temos certeza de que foram pessoas da esquerda que programaram aquilo tudo.” (RS e Agência Estado)



C O N V I T E

Plaza Brasília Hotéis e Paulo Octavio convidam para a tarde de autógrafos do mais recente livro do Advogado Pedro Gordilho,

Destinos Improváveis.

A obra reúne anotações de viagens de um humanista e sua busca pelo extraordinário.

Dia 21 de abril de 2023, das 17h às 20h, no Oscar Restaurante, Brasília Palace Hotel.



Paulo Octavio

PLAZA BRASÍLIA
HOTÉISBRASÍLIA
PALACE
HOTEL